

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 51.290 - BA (2016/0149991-7)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : R DA S G
ADVOGADO : RICARDO TEIXEIRA DA SILVA PARANHOS E OUTRO(S) -
BA018934
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto por **R. DA S. G.** contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cuja ementa registra:

"PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL IMPUGNÁVEL POR RECURSO OU CORREIÇÃO. SÚMULA 267/STF. NÃO CABIMENTO.

I - Consoante o enunciado da Súmula 267 do Supremo Tribunal Federal, "não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção".

II - Em se tratando de decisões judiciais teratológicas ou eivadas de ilegalidade, o eg. STJ tem afastado a aplicação do enunciado da Súmula 267/STF. Precedentes.

III - Hipótese dos autos em que a decisão objeto do mandado de segurança está devidamente fundamentada nas informações colhidas pelo Ministério Público Federal e pela Controladoria Geral da União, no sentido de que o impetrante/agravante liderava uma organização criminosa, com o objetivo de direcionar contratações da Prefeitura Municipal, notadamente com verbas do FUNDEB, para empresas de sua propriedade e de seus familiares, registradas em nome de testas de ferro.

IV - Agravo regimental a que se nega provimento." (e-STJ, fl. 478).

Narram os autos que o recorrente, investigado pela Polícia Federal nos autos da Operação *Making Off*, teve suspenso por decisão judicial o exercício de sua função pública, qual seja, Prefeito do Município de Cansanção/BA.

Sustenta o recorrente a ilegalidade da medida cautelar que o afastou do cargo de Prefeito. Alega que se tratando "de decisão judicial que determina o afastamento de Prefeito, data venia, deve-se flexibilizar a aplicação da súmula nº. 267/STF para admitir a impetração do Mandado de Segurança, principalmente nas hipóteses, como a dos autos, em que a insurgência objetiva exclusivamente cassar a decisão que decretou aquela medida cautelar." (e-STJ, fl. 497).

Requer, assim, o provimento do recurso para "reformando o v. acórdão recorrido, afastar a aplicação da súmula n. 267/STF à hipótese dos autos, a fim de admitir o Mandado de Segurança impetrando pelo Recorrente." (e-STJ, fl. 498).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso ordinário.

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, busca-se neste recurso a reforma do acórdão recorrido

e da decisão judicial que determinou a suspensão da função pública do recorrente – Prefeito do Município de Cansanção/BA.

Registro que, tal como decidido no HC 354.666/BA, em decisão de minha relatoria, proferida em 21/3/2017, encerrado o mandato eletivo ao cargo de Prefeito de Cansanção em 31/12/2016, resta evidenciada a prejudicialidade superveniente desta impetração.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. PREFEITO. CRIMES DO ART. 89 DA LEI N.º 8.666/93 E DO ART. 1º, INCISO I, DO DECRETO-LEI N.º 201/67, C.C.

ART. 69 DO CÓDIGO PENAL. ALEGADA INÉPCIA DE DENÚNCIA POR APONTADA FALTA DE DESCRIÇÃO DO DOLO ESPECÍFICO E NULIDADE DA PROVA PRODUZIDA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. AFASTAMENTO CAUTELAR DO ALCAIDE. PEDIDO DE RECONDUÇÃO AO CARGO. FIM DO MANDATO ELETIVO. QUESTÃO PREJUDICADA.

1. A questão referente à pretensa nulidade da prova não foi sequer argüida perante a Corte a quo, não tendo sido, assim, objeto de deliberação.

Contudo, considerando o ato pretensamente coator, em si, qual seja, o recebimento da denúncia, cabe a esta Corte a verificação da ilegalidade apontada.

2. A legitimidade do Ministério Público para realizar diligências investigatórias decorre de expressa previsão constitucional, oportunamente regulamentada pela Lei Complementar n.º 75/93.

3. É consectário lógico da própria função do órgão ministerial – titular exclusivo da ação penal pública – proceder à coleta de elementos de convicção, a fim de elucidar a materialidade do crime e os indícios de autoria.

4. A competência da polícia judiciária não exclui a de outras autoridades administrativas. Inteligência do art. 4º, parágrafo único, do Código de Processo Penal. Precedentes do STJ.

5. No caso dos autos, a denúncia foi lastreada em elementos coligidos pelo Ministério Público a partir do resultado de trabalhos realizados por Comissão Parlamentar de Inquérito do Poder Legislativo local, além de depoimentos e documentos levantados pelo próprio órgão ministerial.

Inexistência de ilegalidade.

6. A denúncia descreve com todos os elementos necessários a ocorrência de crimes em tese, apontando a respectiva autoria a partir de razoáveis indícios, deixando evidente a relação finalística entre a conduta e o resultado, tudo a ser devida e oportunamente apurado na instância ordinária, respeitado o devido processo legal, com a garantia da ampla defesa e do contraditório.

Alegada inépcia da acusação não verificada.

7. Com a superveniência do fim do mandato eletivo, expirado em 31 de dezembro de 2004, resta prejudicado o pedido de recondução do

Alcaide ao cargo político.

8. Habeas corpus parcialmente prejudicado e, no mais, denegada a ordem" (HC 38.181/BA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 19/12/2005, p. 446 - grifou-se.) Ante o exposto, julgo prejudicado o habeas corpus, nos termos do art. 34, XX, do RISTJ. Publique-se. Intime-se."

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado** o recurso em mandado de segurança.

Publique-se. Intimem-se.

Certifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, baixem-se os autos à origem.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator

